

A língua portuguesa e o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais da CPLP

The Portuguese language and the development of tourism in rural areas of the CPLP

Rossana Andreia Santos¹

¹E-mail: rossana_asantos@hotmail.com
Universidade da Madeira

Resumo:

O objetivo desta comunicação consiste em argumentar que a existência de um património cultural lusófono pode contribuir para o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais dos Estados membros da CPLP. Este argumento assenta no pressuposto de que as atividades turísticas podem constituir-se um motor da atividade económica em geral, ajudando à redução das assimetrias de desenvolvimento existentes, fenómeno que atinge Portugal e os restantes Estados da CPLP. Os resultados de um estudo realizado em Portugal revelam que a exploração turística do património cultural lusófono pode contribuir para o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais. Neste sentido, a relação do património cultural da língua portuguesa, com o investimento direto no estrangeiro e os fluxos migratórios permite argumentar também pelo seu contributo para o desenvolvimento do turismo nas áreas mais carenciadas da CPLP.

Palavras-chave: Património Cultural da Língua Portuguesa; Migrações; Desenvolvimento do Turismo.

***Abstract:** The purpose of this communication is to argue that the existence of a Portuguese-speaking cultural heritage can contribute to tourism development of rural areas of the Member States of the CPLP. This claim is based on the assumption that tourism activities can become an engine of economic activity, in general, helping to reduce the existing asymmetries of development, phenomenon that reaches Portugal and other Member States of the CPLP. The results of a study developed in Portugal reveal that the touristic commercialization of Portuguese-speaking cultural heritage can contribute to the development of tourism in rural areas. Though, the relationship of Portuguese-speaking cultural heritage with the direct investment abroad and migration flows also enable to argue for its contribution to the development of tourism in the neediest areas of the CPLP.*

Keywords: Portuguese-speaking cultural heritage; Migration; Tourism Development.

1. O turismo como alavanca do desenvolvimento económico das áreas rurais

O estudo da mobilidade da população rural em Portugal, a partir de meados da década de 50 até à atualidade, com o objetivo de identificar as condições locais e de atração das áreas rurais ou das áreas mais carenciadas, permite concluir que são objetivos económicos, ligados às oportunidades de emprego e de rendimento, que ainda incitam os portugueses a abandonar, mesmo que temporariamente, as suas regiões de origem (ver por exemplo Arroiteia, 1985; 2001; Arroiteia e Fiss, 2007; Althoff, 1985; Baganha e Góis, 1999; Dias, 2008; Ferrão, 1996; Ferreira, 1976; Gonçalves, 2007; Leeds, 1983; Murteira, 1965; Peixoto, 2007; Portela e Nobre, 2001; Rocha-Trindade, 1976). O fenómeno da emigração motivada pela melhoria das condições de vida atinge igualmente todos os Estados CPLP, seja como países de destino, como países de origem, ou mesmo na dupla condição de origem e destino, a que acresce o facto de alguns destes Estados terem passado de porto de partida a porto de chegada, e vice-versa, como por exemplo os casos do Brasil e de Portugal (CPLP, 2011).

Assim, em países ou regiões onde o desenvolvimento económico das áreas rurais é a prioridade o regresso dos emigrantes pode contribuir bastante para a procura de soluções de desenvolvimento local. De acordo com a OCDE (2008) os emigrantes podem trazer formação e experiência laboral que adquiriram fora, regressar com capital financeiro, na forma de poupanças acumuladas durante a sua estadia fora, e com capital social obtido pela sua experiência durante a emigração. Ao reconhecer que os emigrantes podem ser uma fonte de inovação externa, os resultados de um estudo recente, realizado a 5157 emigrantes portugueses, evidenciam que o desejo de regresso é independente da sua origem (Santos, 2012). Neste âmbito, sobre o estudo do valor económico da língua portuguesa, focado na realidade portuguesa, encomendado pelo Instituto Camões (em 2007) e desenvolvido por uma equipa de investigadores do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Pina (2011) esclarece que a proximidade linguística influencia, significativamente, o investimento direto no estrangeiro e os fluxos migratórios.

No entanto, a OCDE (2008) também refere que os emigrantes irão querer regressar às

suas origens apenas se as condições económicas forem atrativas e se existirem novas oportunidades. O aumento do emprego no setor terciário tem-se revelado a variável chave na explicação da imigração ou da pouca emigração (ver King e Strachan, 1980a; 1980b, citado por King, 1984). Assim, nas palavras de Kay *et al.* (2007), o desenvolvimento económico deverá direccionar-se para os serviços locais e reconhecer as suas ligações a montante e a jusante, a fim de se poder contabilizar empiricamente a totalidade do seu papel no crescimento económico. Contudo, nem todas as atividades do setor terciário evidenciam a mesma capacidade de gerar emprego (Bryden e Bollman, 2000; Gonçalves, 2003, citado por Gonçalves, 2007). Neste âmbito, o papel do emprego no turismo tem tido uma contribuição importante no crescimento da economia nacional, bem como na transformação de algumas economias regionais (Williams, 1984).

O estado da arte sobre a literatura económica do turismo revela que têm vindo a ser desenvolvidos vários estudos em países em vias de desenvolvimento e em áreas mais carenciadas que evidenciam que a despesa turística cria mais emprego e rendimento do que qualquer outro setor da economia, bem como gera e mantém emprego em outros setores da economia que apoiam ou fornecem os visitantes e as empresas turísticas (ver por exemplo Bergstrom *et al.*, 1990; Eadington and Smith 1992, citado por Elesbão, 2008; Fleischer e Felsenstein, 2000; Hollander e Associates, 1967; Lipman 1997, citado por Hughes e Shields, 2007; Mahony e Zyl, 2002; Mazumder, 2009; Reeder e Brown, 2005; Tohamy e Swinscoe, 2000; Vanegas e Croes, 2003). A extensão da integração do turismo na economia nacional é medida pelo seu efeito multiplicador na economia (Hughes e Shields, 2007). Os efeitos multiplicadores da despesa turística constituem uma das áreas mais bem investigadas na literatura económica do turismo e a maioria dos estudos empíricos adota a técnica input-output para avaliar o impacto económico total da despesa turística (ver por exemplo Cernat e Gourdon, 2007; Fesenmaier *et al.*, 1989, Heng e Low, 1990, Johnson e Moore, 1993, citado por Lejarraja e Walkenhorst, 2007; Mazumder, 2009; Schwer *et al.*, 2000, Taylor *et al.*, 1993, citado por Saayman e Saayman, 2006).

Contudo, o facto da magnitude do multiplicador das despesas turísticas depender de uma série de fatores internos, inerentes aos próprios países e regiões, contribui para

explicar os efeitos modestos do turismo no desenvolvimento local. Neste contexto, uma política de desenvolvimento do interior terá de basear-se igualmente em grandes investimentos ao nível de infraestruturas e serviços indispensáveis ao investimento e à fixação de recursos humanos (Kilkenny e Partridge, 2009). Assim sendo, o turismo deve ser apenas uma componente de um programa de desenvolvimento rural mais amplo, sendo fundamental uma colaboração estreita entre o setor público, o setor privado, as comunidades e a sociedade civil, de forma a garantir que os objetivos da sua política de investimento sejam alcançados (ver Mahony e Zyl, 2002).

2. O potencial do património cultural lusófono como elemento de atração turística

Na secção anterior argumentámos que o turismo pode impulsionar a economia e a sociedade nas áreas rurais, que são as áreas mais carenciadas. Neste âmbito, Capucho e Francisco (2010:240) referem que “a cultura, ao ser um bem cada vez mais procurado pelos cidadãos e ao gerar fluxos económicos e riqueza, constitui um importante recurso que deve integrar as estratégias de desenvolvimento local e regional, dado o reconhecimento que a cultura é geradora de importantes economias externas de capital humano (através da criação de emprego direto, indireto e induzido) e como catalisadora de outras atividades como por exemplo, o turismo”. Assim, o reconhecimento de que é a cultura que torna os locais interessantes é um pré-requisito chave para a promoção do turismo de sucesso tornando-se, por isso, central para o turismo e para a economia contemporânea (ver Walmsley, 2003).

De acordo com Silberberg (1995) o crescente interesse por parte dos operadores turísticos na organização do pacote turístico e nas oportunidades de parcerias com as facilidades e organizações culturais, a maioria não lucrativas, justifica-se sobretudo pelo perfil demográfico, socioeconómico e comportamental dos “turistas culturais”. Embora existam diferenças por tipo de produto cultural, geralmente este turista auferirá salários mais elevados, efetua mais despesas e passa mais tempo numa área durante as férias, tem maior tendência para se instalar em hotéis ou motéis e a fazer paragens, tem educação superior, envolve mais mulheres do que homens, bem como pessoas com idade mais avançada. Existem igualmente tendências sociais que apontam para o

aumento da importância da cultura como uma motivação para viajar, tais como o aumento da formação, do número de mulheres com posições de destaque na sociedade, de uma geração idosa cada vez mais jovem, bem como a preferência pela qualidade das experiências e oportunidades culturais indoor (Silberberg, 1995).

Segundo as conclusões do relatório preliminar do estudo do valor económico da língua portuguesa (Pina, s/d) a expansão marítima dos séculos XV e XVI levou a que a língua Portuguesa se estendesse por vários continentes, com particular incidência na América do Sul, África e Ásia. Desta forma, o Português tornou-se igualmente a língua oficial de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor, enquanto alguns falantes nativos permanecem ainda noutros pequenos territórios, tais como Goa (Índia) e Macau (China) (Pina, s/d). Na sequência da expansão marítima dos séculos XV e XVI e do contacto com os povos encontrados, resultou um forte intercâmbio de produtos, costumes, técnicas, bem como uma interpenetração mais profunda através da miscigenação (CPLP, 2012).

Este longo processo histórico tem como consequência, na atualidade, uma identidade cultural partilhada por aqueles oito países, unidos por um passado vivido em comum e por uma língua que, enriquecida na sua diversidade, se reconhece como uma. A sua identidade cultural é igualmente refletida numa produção original de arquitetura, representativa da sua cultura, nas áreas “colonizadas” pelos portugueses durante o período da sua expansão marítima (ver por exemplo Fernandes e Janeiro, 1991; Fernandes, 1991). Segundo Fernandes (1991), este estudo implicará a referência sistemática e detalhada do seu desenvolvimento histórico nesses territórios. Não obstante, a par com a história, cultura e língua partilhada, coabita, igualmente, uma enorme riqueza de outras matrizes históricas, culturais e linguísticas que distinguem de forma singular todos e cada um dos seus membros (ver CPLP, 2011). Este pressuposto assenta na fórmula da construção da CPLP que se tem revelado bem-sucedida e que reside precisamente na “unidade na diversidade”, ou na Solidariedade na Diversidade (CPLP, 2011:8).

3. Metodologia

Em abril de 2008 deu-se início a um estudo, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com o intuito de avaliar o contributo do regresso potencial dos emigrantes portugueses para o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais em Portugal. O processo de recolha dos dados iniciou-se no dia 01 de julho de 2011 e terminou em 31 de outubro do mesmo ano, totalizando no final 5157 questionários preenchidos válidos. A população dos emigrantes portugueses não é conhecida e os dados foram obtidos através da aplicação de um inquérito por questionário. Uma das suas formas de administração foi através do correio, tendo sido remetidos 4000 questionários para as residências dos emigrantes portugueses nos vários países de emigração. Dos 4000 questionários remetidos por correio, 54 foram devolvidos e obteve-se uma taxa de resposta de 9,32%. Para a obtenção das respetivas moradas das residências dos emigrantes no estrangeiro seguiu-se a metodologia já testada num estudo exploratório (Santos, 2013). Nesse estudo (Cirino, 2008, citado por Santos, 2013) foi assumido como população, a base de dados cedida por um jornal regional assumindo-se que um número muito significativo de emigrantes compra o jornal da terra e, por consequência, que essa população é representativa dos portugueses do respetivo concelho residentes no estrangeiro. No intuito de seguir a mesma metodologia, a identificação dos concelhos com maior número de residências de origem de emigrantes portugueses permitiu que se identificasse também as publicações regionais associadas a cada um desses concelhos (Santos, 2013).

De acordo com Santos (2013) durante o mesmo período de 01 de julho a 31 de outubro, a administração do questionário fez-se igualmente pela internet e pela rede social do facebook, permitindo reunir, no final, mais 4800 questionários preenchidos válidos. Numa fase inicial, a administração do questionário foi feita na imprensa digital (nacional, regional e dirigida às comunidades portuguesas no estrangeiro), em portais eletrónicos ligados às associações dos emigrantes portugueses no estrangeiro e em Web sites de entidades oficiais diretamente ligadas à emigração, de câmaras municipais selecionadas no processo de amostragem, bem como ainda dos cantores de música portuguesa José Cid e João Claro. Para além de se ter dado continuidade à administração do questionário na internet, durante o mês de agosto procedeu-se também

à sua administração na rede social do facebook, através de Páginas oficiais de cantores de música portuguesa (popular, pop, rock e fado), nomeadamente do Tony Carreira, Mickael Carreira, Ana Moura, Camané, Pedro Abrunhosa, Adelaide Ferreira, Os Anjos, Santos e Pecadores, As Bombocas, Emanuel, Magui Mateus, Miguel Rivotti, Santa Maria, Sérgio Rossi, Alexandre Faria, Élvio Santiago, Manuel Campos, Marcelo & Alex Dupla e o Grupo Musical Santa Cruz. (Santos, 2012)

Nos dois últimos meses, a estratégia de administração do questionário estendeu-se ainda à criação da própria Página do estudo no facebook (ver em www.facebook.com/emigrantesportugueses). Durante esse período, a Página foi divulgada, várias vezes ao dia, na rádio e televisão portuguesa, através dos canais da Rádio Internacional e África, bem como pelo canal da RTP Internacional (RTPI). A divulgação também foi feita em todos os jornais digitais e entidades oficiais que administraram o questionário aos emigrantes portugueses, bem como através de e-mails enviados para os Consulados/Embaixadas, Associações de emigrantes e Casas do Benfica e do Porto no estrangeiro. A divulgação da Página também foi feita pela própria administradora no facebook (Santos, 2013).

3. Análise e discussão dos resultados

Nesta última secção pretendemos demonstrar que a exploração turística do património cultural das residências, do local de origem, dos emigrantes portugueses pode contribuir para impulsionar o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais na CPLP. Este pressuposto assenta nos resultados obtidos no estudo de Santos (2013), aplicado ao caso Português, que evidenciam, por um lado, que as áreas com maiores níveis de emigração em Portugal são as mais carenciadas e os locais de origem dos emigrantes portugueses. Por outro lado, que os emigrantes portugueses com residência própria nessas áreas podem impulsionar o desenvolvimento turístico pela sua maior propensão para o regresso, investimento e emprego no turismo nos seus locais de origem. Assim, ao reconhecer que a proximidade linguística influencia significativamente os fluxos migratórios e o investimento direto no estrangeiro, bem como a existência de um património cultural lusófono que pode vir a ser explorado turisticamente, argumentamos

que os emigrantes que falam a língua portuguesa podem igualmente contribuir para o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais dos países da CPLP.

Os resultados do estudo mencionado, sobre a avaliação do contributo do regresso potencial dos emigrantes portugueses para o desenvolvimento do turismo nos territórios rurais, dão suporte empírico àquela argumentação (Santos, 2013). Em primeiro lugar, verifica-se que a generalidade dos emigrantes possui pelo menos uma residência num concelho com menor índice de centralidade, que são as áreas mais carenciadas (77,4%), e que somente 21,5% possuem residência em concelhos com maior índice de centralidade (tabela 1). Os concelhos de localização da residência dos emigrantes foram organizados em dois grupos de análise, segundo o respetivo índice de centralidade. Para este efeito, considerou-se que os concelhos com maior índice de centralidade situam-se até ao rank 50 (ver hierarquia dos centros urbanos em Portugal segundo Instituto Nacional de Estatística, 2004). Os resultados obtidos com o teste de correlação de Pearson permitem concluir que o concelho da residência própria em Portugal influencia negativamente o desejo de virem a ter um emprego na área do turismo, em Portugal ($r=-0,037$), e positivamente o facto de disporem de capital suficiente para aí investirem num negócio ($r=0,059$).

Tabela 1 - Concelho da residência em Portugal

Concelho da residência	N	%
Maior índice de centralidade	1109	21,5
Menor índice de centralidade	3989	77,4
NS/NR	59	1,1
Total	5157	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 2 - Concelho da residência em Portugal vs Desejo de regresso e fixação em Portugal

%	P21				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Maior índice de centralidade	9,3%	4,5%	2,7%	1,2%	17,7%
Menor índice de centralidade	39,4%	24,9%	10,4%	7,2%	81,8%
NS/NR	0,4%	0,0%	-	0,1%	0,5%
Total	49,0%	29,4%	13,0%	8,5%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria.

Neste âmbito, verifica-se que são os emigrantes que possuem residência num concelho com menor índice de centralidade que mais referem desejar regressar e fixar-se em Portugal (39,4%) (tabela 2). Por outro lado, a análise do cruzamento de variáveis também permite observar que os fatores mais importantes para que estes emigrantes, em idade ativa, com residência num concelho com menor índice de centralidade regressem são, fundamentalmente, poderem ter uma residência no local onde nasceram (89,3%), exercer uma atividade remunerada, por conta própria, no turismo (83,8%) e ter um estilo de vida “rural” (de origem) (83,3%) (tabela 3). Estes dados sugerem ainda que, muito provavelmente, a residência que consideram como “própria” possa ser propriedade dos seus parentes diretos. Embora estes emigrantes sejam os que mais negam dispor de capital para investir num negócio em Portugal também são, ao mesmo tempo, os que mais confirmam essa situação (12,9%) (tabela 4).

Tabela 3 - Concelho da residência em Portugal vs Fatores mais importantes para o regresso e fixação em Portugal

%	P22								
	a)	b)	c)	d)	e)	f)	g)	h)	Nenhum
Maior índice de centralidade	18,2%	19,4%	16,3%	18,6%	18,0%	17,1%	10,5%	15,5%	16,0%
Menor índice de centralidade	81,0%	79,9%	83,3%	80,9%	81,3%	82,3%	89,3%	83,8%	84,0%
NS/NR	0,8%	0,7%	0,4%	0,5%	0,7%	0,6%	0,3%	0,7%	-

Fonte: Elaboração Própria.

LEGENDA:

- a) Ter uma oportunidade de emprego.
- b) Ter oportunidades de rendimento.

- c) Ter um estilo de vida rural.
- d) Viver próximo dos meus familiares de Portugal.
- e) Regressar com o/s meu/s filho/s.
- f) Haver infraestruturas para viver e investir num negócio no local onde nasci.
- g) Ter uma residência no local onde nasci.
- h) Poder exercer uma atividade remunerada, por conta própria, no turismo.

Para eles, o turismo também é a área onde mais gostariam de investir em Portugal, depois da pecuária (84,4%) e dos transportes (84,9%) (tabela 5). Neste caso, comparativamente com os emigrantes com residência em concelhos com maior índice de centralidade (15,5%), destacam-se significativamente (83,9%). Destacamos igualmente, que entre estes emigrantes, em idade ativa, com residência num concelho com menor índice de centralidade (77,4%), ainda existe uma percentagem significativa que não sabe ou não respondeu a estas questões relativas à sua propensão para o regresso, investimento e emprego no turismo em Portugal.

Tabela 4 - Concelho da residência em Portugal vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal

%	P49				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Maior índice de centralidade	4,2%	7,2%	5,4%	4,7%	21,5%
Menor índice de centralidade	12,9%	24,4%	28,7%	11,3%	77,4%
NS/NR	0,1%	0,3%	0,2%	0,5%	1,1%
Total	17,2%	31,9%	34,3%	16,6%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 5 - Concelho da residência em Portugal vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal

%		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR
P26	a)	18,1%	81,2%	0,7%
	b)	16,6%	82,9%	0,6%
	c)	20,2%	78,8%	1,0%
	d)	15,6%	84,4%	-
	e)	26,3%	73,7%	-
	f)	23,2%	75,9%	0,9%
	g)	18,2%	81,0%	0,9%

h)	20,7%	78,7%	0,6%
i)	18,8%	80,8%	0,4%
j)	18,2%	81,2%	0,5%
l)	15,5%	83,9%	0,6%
m)	14,7%	84,9%	0,4%
n)	20,2%	78,5%	1,4%
Nenhuma	17,6%	82,4%	-

Fonte: Elaboração Própria.

LEGENDA:

1. Setor Primário:

- a) Agricultura
- b) Silvicultura (floresta)
- c) Pescas
- d) Pecuária
- e) Caça
- f) Indústria Extrativa (petrolífera, mineira, madeira e papel)

2. Setor Secundário:

- g) Indústria Transformadora
- h) Construção
- i) Produção de Energia

3. Setor Terciário:

- j) Comércio
- l) Turismo (hotelaria, restauração, transportes, serviços culturais, etc.)
- m) Transportes
- n) Atividades Financeiras

Por último, a análise dos conhecimentos que os emigrantes adquiriram durante a sua estadia no país de emigração leva-nos igualmente a constatar que, apesar de a generalidade possuir poucos conhecimentos formais na área da hotelaria e/ou turismo, são novamente os emigrantes, em idade ativa, com residência própria em concelhos com menor índice de centralidade que registam mais (novos) conhecimentos (curso/formação/experiência profissional) nessa área (tabelas 6-8). Entre os emigrantes

em idade ativa, observa-se ainda que os que registam idades entre 29-39 anos são os que mais referem ter residência própria em Portugal (tabela 9).

Tabelas 6-8 Concelho da residência própria em Portugal vs Conhecimentos adquiridos na área da hotelaria e turismo durante a emigração

Tabela 6 - Curso em hotelaria e/ou turismo vs Concelho da residência em Portugal

b)		P7			Total
		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR	
P25	Sim	1,0%	6,7%	0,1%	7,8%
	Não	15,0%	65,3%	0,4%	80,7%
	NS/NR	1,7%	9,8%	0,0%	11,5%
	Total	17,7%	81,8%	0,5%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 7 - Formação profissional em hotelaria e/ou turismo vs Concelho da residência em Portugal

b)		P7			Total
		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR	
P25	Sim	1,7%	11,0%	0,1%	12,9%
	Não	14,5%	62,3%	0,3%	77,0%
	NS/NR	1,5%	8,6%	0,0%	10,1%
	Total	17,7%	81,8%	0,5%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 8 - Experiência profissional em hotelaria e/ou turismo vs Concelho da residência em Portugal

b)		P7			Total
		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR	
P25	Sim	4,6%	25,2%	0,3%	30,0%
	Não	12,4%	53,1%	0,2%	65,7%
	NS/NR	0,7%	3,5%	0,0%	4,2%
	Total	17,7%	81,8%	0,5%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 9 - Idade vs Propriedade de residência em Portugal

%		P18			Total
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos	
P5	Própria	1,1%	12,0%	22,3%	35,4%
	Alugada	-	0,6%	2,3%	2,9%
	De familiares	1,7%	21,7%	38,3%	61,7%
	Total	2,9%	34,3%	62,9%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria.

4. Conclusão

Neste artigo é argumentado que o património cultural da língua portuguesa pode constituir-se um motor do desenvolvimento do turismo nas áreas rurais dos Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Os resultados de um estudo financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, sobre a avaliação do contributo do regresso potencial dos emigrantes portugueses para o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais, em Portugal, dão suporte empírico a este argumento, pois permitem-nos afirmar que são os emigrantes em idade ativa e com residência naquelas áreas que mais pretendem regressar e podem investir e ter um emprego na área do turismo em Portugal. Esta argumentação sustenta-se ainda no facto de existir uma relação entre a proximidade linguística, o investimento direto no estrangeiro e os fluxos migratórios.

REFERÊNCIAS

Arroteia, J. (1985) Atlas da Emigração Portuguesa, Secretaria de Estado da Emigração-Centro de Estudos, Porto.

Arroteia, J. (2001) As Comunidades Portuguesas no Mundo, Janus, pp. 136-137.

Arroteia, J., e Fiss, R. (2007). Traços da Comunidade Portuguesa em Pelotas, População e Sociedade, (14), pp. 171-191.

Althoff, C. (1985). Os Jovens de Origem Portuguesa em Hamburgo e a sua Atitude Face a Portugal e à Cultura Portuguesa, Secretaria de Estado da Emigração- Centro de Estudos, Porto.

Baganha, M. e Góis, P. (1999). Migrações Internacionais de e para Portugal: O Que Sabemos e para Onde Vamos? Revista Crítica de Ciências Sociais, (52/53), Novembro 1998/ Fevereiro 1999, pp. 229-280.

Bergstrom, J., Cordell, K., Ashley, G. e Watson, A. (1990). Economic Impacts of Recreational Spending on Rural Areas: A Case Study, Economic Development Quarterly, Vol. 4 (1), pp. 29-39.

Bryden, J. and Bollman, R. (2000). Rural Employment in Industrialized Countries, Agricultural Economics, Vol. 22 (2), pp.185-97.

Capucho, J. e Francisco, J.P. (2010). Cultura, Competitividade Territorial e Desenvolvimento Sustentável: Algumas Considerações sobre o Caso do Vale do Côa, IV Congresso de Estudos Rurais- Turismo, Património e Desenvolvimento Rural, 4-6 de Fevereiro, Universidade de Aveiro, pp. 232-248.

Cernat, L. e Gourdon, J. (2007). Is the Concept of Sustainable Tourism Sustainable? Developing the Sustainable Tourism Benchmarking Tool, [mpra.ub.uni-muenchen.de/4178/1/MPRA_paper_4178.pdf] (Site Consultado a 02-12-2009).

CPLP. (2011). Intervenção do SE no Seminário da Sociedade Alemã para os Países Africanos de Língua Portuguesa: As Migrações no Mundo Lusófono, [<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=41&q=migra%C3%A7%C3%B5es>] (Site Consultado a 08 de Junho de 2012).

CPLP. (2012). [<http://www.cplp.org/id-45.aspx>] (Site Consultado a 11 de Junho de 2012).

Silberberg, T. (1995). Cultural Tourism and Business Opportunities for Museums and Heritage Sites, *Tourism Management*, Vol. 16 (5), pp. 361-365.

Dias, O. (2008). A Integração dos Retornados no Interior de Portugal: O Caso do Distrito da Guarda, [<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/150.pdf>] (Site Consultado a 28-11-2009).

Elesbão, I. (2008). Os Efeitos do Turismo no Espaço Rural: Um Olhar sobre um Pequeno Município Brasileiro, Colóquio Ibérico de Estudios Rurales- Cultura, Innovación y Territorio, Outubro 23-25, Coimbra.

Fernandes, J. (1991). *A Arquitetura – Sínteses da Cultura Portuguesa*, Imprensa nacional Casa da Moeda, Comissariado para a Europália 91, Portugal.

Fernandes, J. e Janeiro, M. (1991). *Arquitectura Vernácula da Região Saloia – Enquadramento na Área Atlântica*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa.

Ferrão, J. (1996). Três Décadas de Consolidação do Portugal Demográfico, in Barreto, A. (eds.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 165-190.

Ferreira, E. (1976). *Origens e Formas de Emigração: O Impacte da Emigração sobre o Desenvolvimento*, Iniciativas Editoriais, Lisboa.

Fleischer, A. and Felsenstein, D. (2000). Support for Rural Tourism- Does it Make a

Difference?, *Annals of Tourism Research*, Vol. 27 (4), pp. 1007-1024.

Gonçalves, M. (2007). *Desenvolvimento em Meio Rural. Contributos da Emigração e do Regresso. Aplicação ao Concelho de Boticas na Região Barrosã*, Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, Lisboa.

Hollander, E. and Associates, R. (1967). *The Future of Small Business*, Praeger special studies in U.S. economic and social development, New York.

Hughes, D. and Shields, M. (2007). Revisiting Tourism Regional Economic Impact: Accounting for Secondary Household Employment, *Review of Regional Studies*, 37 (2), pp. 186-206.

Kay, D., James, Pratt, J. and Warner, M. (2007). Role of Services in Regional Economy Growth, *Growth and Change*, Vol. 38 (3), pp. 419-442.

Kilkenny, M. and Partridge, M. (2009). Export Sectors and Rural Development, *American Journal of Agricultural Economics*, Vol. 91 (4), pp. 910-929.

King, R. (1984). Population Mobility: Emigration, Return Migration and Internal Migration, in Williams, A. (eds.), *Southern Europe Transformed- Political and Economic Change in Greece, Italy, Portugal and Spain*, Harpercollins College Div, pp.145-178.

Leeds, E. (1983). Industrialização e Emigração em Portugal: Sintomas Inevitáveis de uma Doença Estrutural, *Análise Social*, Vol. XIX (77-78-79) (3° 4° 5°), pp. 1045-1081.

Lejarraja, I. and Walkenhorst, P. (2007). *Diversification by Deepening Linkages with Tourism*,
http://siteresources.worldbank.org/INTEXPCOMNET/Resources/Lejarraja,_Diversification_by_Deepening_Linkages_with_Tourism.pdf (Site Consultado a 18 de Outubro de 2009).

Mahony, K. e Zyl, J. (2002). The Impacts of Tourism Investment on Rural Communities: Three Case Studies in South Africa, *Development Southern Africa*, Vol. 19 (1), pp. 83-103.

Mazumder, M. (2009). Does Tourism Contribute Significantly to the Malaysian Economy? Multiplier Analysis Using I-O Technique, [www.ccsenet.org/journal/index.php/ijbm/article/view/.../2848] (Site Consultado a 05 de Maio de 2010).

Murteira, M. (1965). Emigração e Política de Emprego em Portugal, [http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224164168X2aIG3gp6Nd78YV7.pdf] (Site Consultado a 28 de Agosto de 2009).

OECD. (2008). Return Migration: A New Perspective, [www.un.org/esa/population/meetings/sixthcoord2007/P11_OECD.pdf] (Site Consultado a 07 de Dezembro de 2009).

Peixoto, J. (2007). Dinâmicas e Regimes Migratórios: O Caso das Migrações Internacionais em Portugal, *Análise Social*, Vol. XLII (183), pp. 445-469.

Pina, J. (2011). O Valor Económico da Língua Portuguesa, Ciclo de Conferências do OLP [http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/temas-de-actualidade/o-valor-economico-da-lingua-poruguesa] (Site Consultado a 11 de Junho de 2012).

Pina, J. (s/d). Uma Abordagem Ecléctica ao Valor da Língua: O Uso Global do Português - Conclusões do relatório preliminar do estudo sobre o valor económico da língua portuguesa, [http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/doc_details.html?aut=1228] (Site Consultado a 11 de Junho de 2012).

Portela, J. e Nobre, S. (2001). Entre Pinela e Paris: Emigração e Regressos, *Análise Social*, Vol. XXXVI (161), pp. 1105-1146.

Reeder, R. and Brown, D. (2005). Recreation, Tourism, and Rural Well-Being, [http://www.ers.usda.gov/publications/err7/err7.pdf] (Site Consultado a 15 de Maio de 2010).

2009).

Rocha-Trindade, M. (1976). Comunidades Emigrantes em Situação Dipolar: Análise de Três Casos de Emigração Especializada para os E.U.A., para o Brasil e para França, *Análise Social*, Vol. XII (48) (4), pp. 983-997.

Santos, R. (2013). O regresso dos emigrantes portugueses e o desenvolvimento do turismo em Portugal, Tese de Doutoramento, Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo, Universidade de Aveiro.

Tohamy, S. and Swinscoe, A. (2000). The Economic Impact of Tourism in Egypt, www.eces.org.eg/.../%7B02ADE2E4-F995-4CDE-82CE-32BB9A4A15E9%7D_ECESPVP5e.pdf (Site Consultado a 02 de Outubro de 2009).

Vanegas, M. and Croes, R. (2003). Growth, Development and Tourism in a Small Economy: Evidence from Aruba, *International Journal of Tourism Research*, (5), pp. 315–330.

Walmsley, D. (2003). Rural Tourism: A Case of Lifestyle-Led Opportunities, *Australian Geographer*, Vol. 34 (1), pp. 61–72.

Williams, A. (1984). Introduction, in Williams, A. (eds.), *Southern Europe Transformed- Political and Economic Change in Greece, Italy, Portugal and Spain*, Harpercollins College Div, pp. 1-32.



O trabalho e³ - Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).